



Olhai os homens do campo: elos entre a vida de Manoel, o Golpe de 1964 e a crise ambiental¹

Denise TAVARES²

Resumo:

A partir da análise do documentário *Minha perna, minha classe* (2023), dirigido por Arturo Saboia, que retrata a trajetória de Manoel da Conceição, liderança sindicalista e ambientalista do Maranhão falecida em 2021, o artigo tem como proposta debater o papel da questão agrária no Golpe de 1964, considerando as lutas empreendidas pelo protagonista do filme. Nesse sentido, o texto apresenta, primeiro, um breve histórico da propriedade rural no Brasil e as questões que dela emanam. Em seguida, foca o filme, de modo a problematizar não só suas escolhas narrativas, mas também que inferências permite, em uma visada que inclui o debate atual sobre os discursos que envolvem a situação agrária brasileira e a crise ambiental. A abordagem permite reconhecer os elos entre a violência no campo durante a ditadura militar, os traumas que acarretam aos sujeitos envolvidos e o agravamento da destruição do meio ambiente. Também busca valorizar o produto audiovisual em seu esforço de contribuir para a memória e para o conhecimento de um sujeito e de um período extremamente relevantes para a compreensão da história do país.

Palavras-chave: Manoel da Conceição; documentário; questão agrária; Golpe de 1964; meio ambiente.

Look at the men of the countryside: links between life of Manoel, the Coup of 1964 and the environmental crisis

Abstract:

Based on the analysis of the documentary *My leg, my class* (2023), directed by Arturo Saboia, which portrays the trajectory of Manoel da Conceição, a trade union and environmentalist leader from Maranhão who died in 2021, the article aims to debate the role of the agrarian issue in the 1964 Coup, considering the struggles undertaken by the film's protagonist. In this sense, the text first presents a brief history of rural property in Brazil and the issues that emanate from it. It then focuses on the film, in order to problematize not only its narrative choices, but also what inferences it allows, in a which includes the current debate on the discourses involving the Brazilian agrarian situation and the environmental crisis. The approach allows us to recognize the links between violence in the countryside during the military dictatorship, the trauma it caused to the subjects involved and the worsening destruction of the environment. It also seeks to value the audiovisual product in its effort to contribute to the memory and knowledge of a subject and a period that are extremely relevant to understanding the country's history.

Keywords: Manoel da Conceição; documentary; agrarian issue; Coup of 1964; environment.

¹ Esse texto integra pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Edital Auxílio à Pesquisa Básica - APQ1, 2019.

² Doutora em Integração Latinoamericana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora e Pesquisadora do Departamento de Comunicação Social e da Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* denisetavares51@gmail.com.





Mirar a los hombres del campo: vínculos entre la vida de Manoel, el Golpe de 1964 y la crisis medioambiental

Resumen:

A partir del análisis del documental *Mi pierna, mi clase* (2023), dirigido por Arturo Saboia, que retrata la trayectoria de Manoel da Conceição, líder sindical y ambientalista de Maranhão fallecido en 2021, el artículo tiene como objetivo debatir el papel de la cuestión agraria en el Golpe de 1964, considerando las luchas emprendidas por el protagonista de la película. En este sentido, el texto presenta primero una breve historia de la propiedad rural en Brasil y las problemáticas que de ella emanam. Luego se centra en la película, para problematizar no sólo sus elecciones narrativas, sino también las inferencias que permite, en una mirada que incluye el debate actual sobre los discursos que involucran la situación agraria brasileña y la crisis ambiental. El enfoque permite reconocer los vínculos entre la violencia en el campo durante la dictadura militar, el trauma que causa a los sujetos involucrados y la creciente destrucción del medio ambiente. También busca poner en valor el producto audiovisual en su esfuerzo por contribuir a la memoria y el conocimiento de un tema y una época de suma relevancia para comprender la historia del país.

Palabras clave: Manoel da Conceição; documental; cuestión agraria; Golpe de 1964; medio ambiente.

Introdução

Em 21 de março de 2024, que marca a sexta década do Golpe Militar instaurado no Brasil em 1964, o *site* do Movimento Sem Terra (MST) publicou uma matéria sobre uma pesquisa realizada por Gilney Viana, colaborador da Universidade de Brasília (UnB) e ex-presos político. Conforme a reportagem, o estudo de Viana aponta que “pelo menos 16.578 camponeses foram vítimas de algum tipo de ‘repressão política’ no período 1964-1988 em variadas formas, do assassinato à prisão, de agressões físicas a tentativas de homicídio” (Valente, 2023). Os dados impressionam, segundo o estudo, em função de duas questões centrais: por incluir os quatro primeiros anos do governo Sarney (1985-1988) e pelo fato de a Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2012-2014) ter reconhecido apenas 41 camponeses do total de 434 mortos e desaparecidos, em um levantamento realizado pela Comissão no mesmo período do pesquisador. O resultado mostraria, conforme texto da pesquisa de Viana reproduzido na matéria, que a CNV reduziu seu papel histórico, além de reproduzir a “exclusão e a discriminação da classe dominante contra os camponeses e os indígenas” (Valente, 2023).

Iniciar este texto com tais informações se justifica por explicitarem uma das *chaves* analíticas que orientam nossa pesquisa sobre a importância da mídia audiovisual, em especial o documentário, nesse necessário processo de revisão (que, às vezes, parece sem fim), dos





processos engendrados pela instauração e vigência da ditadura civil-militar³ brasileira iniciada em 1964. Portanto, sustentam essa abordagem tanto a problematização das disputas narrativas que integram o debate público atual em torno da memória do golpe quanto a importância da produção audiovisual como fonte de conhecimento em função da intensa midiaticização da sociedade (Alvarenga; Lombardi, 2012; Braga, 2012; Hjarvard, 2015; Sodré, 2002). Por último, consideramos ser incontornável discutir o quanto a luta pela terra no país, que tem na ditadura militar um dos seus mais violentos períodos, precisa ser compreendida como um dos fatores da manuten o das desigualdades sociais, além de também contribuir fortemente para o agravamento da crise ambiental brasileira.

Em outros termos, quando nos propomos a considerar os sessenta anos do Golpe Militar de 1964 como um tempo-espço político para verticalizar a compreensão do atual momento do país, a op o foi incluir nessa opera o uma contribui o que torne menos porosos os vínculos entre as a oes violentas de ontem e o cenário social e ecologicamente esgar ado de hoje. Com esse objetivo, destacamos o documentário dirigido por Arturo Saboia, *Minha perna, minha classe* (2023), por ser um produto expressivo e cultural recente, capaz de trazer   tona a abordagem e as questões que buscamos tratar aqui. Primeiro, por recuperar a trajetória de Manoel da Concei o, um lavrador, camponês, sindicalista e ambientalista do Maranhão, estado original de José Sarney, primeiro presidente civil⁴ após o fim da ditadura. A luta de Manoel, que foi preso, torturado e exilado, pode ser vista como uma síntese de como a ditadura se

³ Consideramos necessário também assumir essa denomina o, no sentido de destacar a participa o de significativa parte da sociedade civil nesse período da ditadura, conforme propõe, entre outros, o historiador Daniel Aarão Reis (2000). No entanto,   importante não deixar de demarcar a responsabilidade dos militares nesse processo, em especial por estarem   frente do Executivo. No texto, por uma questão de facilidade, vamos adotar daqui em diante a terminologia mais comum, isto  , ditadura militar.

⁴ Eleito vice-presidente pelo Congresso Nacional, ou seja, elei o indireta, José Sarney acabou tomando posse interinamente em 15 de março de 1985, em fun o da doença de Tancredo Neves, oficialmente o presidente da chapa e do país. Com a morte de Tancredo em 21 de abril, Sarney assumiu definitivamente a Presidência, deixando o cargo em 15 de março de 1990. Sua trajetória política durante a ditadura militar foi a de aderência, em 1965, ao partido político Aliança Renovadora Nacional (Arena), considerado o partido oficial dos militares, que foi substituído em 1979 pelo Partido Democrático Social (PDS). Sarney permaneceu no PDS até liderar uma divisão no partido, após a emenda Dante de Oliveira, que previa elei es diretas para a Presidência do Brasil, ser derrotada no Congresso Nacional em 25 de abril de 1984, por apenas 22 votos. Com a derrota, Sarney propôs elei es internas para indica o do próximo candidato   Presidência da República, mas os militares optaram por já indicar Paulo Maluf. A decisão irritou Sarney, que participou de um *racha* do PSD, o que o levou, junto com Tancredo Neves e outros, a se transferir para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposi o oficial ao governo. No novo partido, integrou a chapa que saiu vitoriosa no Congresso Nacional, uma das mais fortes derrotas da ditadura militar, a essa altura já bastante enfraquecida (Kucinski, 1999).



movimentou quanto à luta pela terra no Brasil, um dos temas centrais à justificativa da elite para derrubar o presidente João Goulart, situação que espelha as atividades expansionistas do agronegócio hoje, com graves impactos socioambientais.

Outro aspecto que consideramos quanto à escolha do objeto é ele ser uma narrativa audiovisual, isto é, um tipo de produção que ganhou significativa relevância na formação de sentidos e na constituição de imaginários atuais, em especial por sua ampla facilidade de circulação e de acesso livre via redes sociais, caso do documentário em questão, que está disponível gratuitamente no YouTube⁵. Finalmente, o objeto definido justifica-se não só como um dever de memória em relação ao próprio Manoel da Conceição, mas também por entender que conhecer um pouco de sua luta e a de seus pares constitui um caminho potente para contribuir no enfrentamento às disputas narrativas em torno do que foi, como foi e quais consequências tiveram esses mais de vinte anos em que o Brasil esteve sob os mandos (e desmandos) de um determinado grupo no poder. Isso porque trazer à tona as muitas histórias invisibilizadas e/ou distorcidas dos envolvidos na questão agrária deste país significa assumir uma postura afinada ao necessário combate pela emergência dos fatos. Por consequência, é também ampliar o território sensível à valorização da vida, tanto em sua singularidade – caso de uma biografia – quanto na sua dimensão coletiva – a luta pela terra.

Em termos estruturais, o artigo inicia localizando, brevemente, o histórico da consolidação do modelo de posse de terra no Brasil e seu impacto nas disputas agrárias que se estendem até hoje no país. Esse percurso marca a análise do documentário *Minha perna, minha classe*, problematizando suas escolhas narrativas, além de destacar as reverberações que o filme pode provocar nesse cenário definido hoje pelas disputas discursivas em torno do período militar, em especial a questão da posse e do uso da terra. A abordagem considera o que Aumont e Marie (2004) reforçam, quanto a não existir um método analítico único e universal. Ao contrário, o método depende dos pressupostos teóricos assumidos na elaboração do discurso sobre os filmes e dos processos de aproximação da obra e de como ela é considerada. É da materialidade fílmica, portanto, que estabelecemos um processo analítico livremente inspirado no método de segmentação, o qual permitiu, após a pré-análise da obra, acionar instrumentos

⁵ O documentário está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CQV0hdX-83g&t=1307s>.

descritivos e citacionais (excertos do filme) que, articulados, permitem um processo interpretativo em diálogo com os objetivos do texto.

A proposta, com esse caminho argumentativo-reflexivo, é a de reforçar a importância dessa *chave* político-conceitual para se compreender o país, isto é, o que está em jogo quando se enfrenta a problemática do uso e da posse da terra no Brasil se o objetivo é romper com as visões esquemáticas – inclusive por certa parte da chamada esquerda ou centro-esquerda brasileira – quanto às políticas de devastação subsumidas em termos como desenvolvimento, progresso e outros similares, que nem sempre são facilmente visíveis. Com esse horizonte, delimitar o filme como uma narrativa significa também destacar sua temática, a complexidade da enunciação a partir dos materiais filmicos acionados, buscando desvendar mecanismos significantes que nos permita compreender uma poética de criação, ou seja, uma possível “evidência” da narrativa (neste sentido, não se pode esquecer que se trata de um projeto biográfico) e seus efeitos, considerando a potência cultural da obra, o que ela, afinal, traz à tona também. Afinal, se na literatura a temporalidade narrativa é livre, no cinema “ela está presa ao *presente* e à sua matéria, que é a variação aritmética da velocidade/construção do movimento dos seres e das coisas, para sempre solidários (uma vez imagem em movimento) na interação recíproca do seu agir”, como nos lembra Ramos (2008, p. 167-168, grifo do autor).

Breve olhar sobre a formação da propriedade rural brasileira

De acordo com Benatti (2009, p. 212), no processo de formação da propriedade rural brasileira, cada região do país elaborou “uma estratégia específica para se apossar dos recursos naturais renováveis, o que, deduz-se, levou à formação de propriedades distintas com algumas características próprias”. Com o objetivo de compreender esse processo e tendo como horizonte contribuir para a conservação da natureza, bem como o uso sustentável dos recursos naturais, o autor busca definir os tipos de propriedade rural constituídos no Brasil desde o período colonial. Ainda segundo Benatti (2009, p. 235), o ponto de partida é lembrar que o direito de propriedade da terra no Brasil é resultado de três fatores: “a relação entre forma de apropriação e exploração do solo e da floresta, das relações sociais estabelecidas e das normas jurídicas que legitimam todo o conjunto”. Essa combinação levou o autor a identificar três tipos distintos de propriedade rural: a sesmarial, a senhorial e a moderna, sendo a primeira garantida pela confirmação do rei

de Portugal, desde que o sesmeiro cumprisse a obrigação de cultivo e demarcação. Já a senhorial teve origem no apossamento de grandes áreas de terra e não pela transferência do bem considerado público para o patrimônio particular, como acontecia com a sesmaria, caracterizando o que hoje é chamado de “grilagem”.

Na verdade, seguindo o que destaca Benatti (2009), a propriedade senhorial, que foi possível graças às concepções jurídicas da época (séculos XVII e XVIII), ganhou robustez em função do crescimento do poder do dono da terra, assenhorado proprietário de grandes extensões territoriais. Os dois modelos foram viabilizados entre os séculos XV e XIX, e ambos excluía os que não tinham poder, como os quilombolas, caboclos, ribeirinhos, índios, entre outros. Um quadro que, conforme Faoro (2021), foi pouco alterado, mesmo quando surge, a partir do final do século XIX, um novo processo que define a propriedade rural moderna, isto é, mediante seu registro. Todas essas mudanças formam um cenário regional bastante diverso da propriedade rural brasileira, já que, a despeito do modelo moderno ter se tornado hegemônico entre 1930 e 1960, ele também foi condicionado por um histórico em que, até o fim da escravidão, o que tinha valor eram os escravizados e não a terra (Faoro, 2021). Outro aspecto é que, desde a colônia, a prática no Brasil é de uma agricultura de derrubada e queimada, a qual promove uma rápida exaustão do solo, mobilizando os grandes proprietários a buscar constante ampliação das suas terras, em processos que envolvem uma série de conflitos locais (Benatti, 2009).

Em função do limite de espaço e dos objetivos do texto, é importante mencionar que houve poucos momentos na história do país em que se tentou romper com a herança colonial que garantiu o domínio de uma política agrária conservadora, altamente concentrada e que excluiu qualquer forma alternativa de posse da terra como, por exemplo, a comunal. Além disso, há os diversos momentos em que o camponês foi expulso da sua terra por condições climáticas desfavoráveis e/ou pelo processo atrativo que a vida na cidade ganhou ao longo do século XX, o que provocou, como se sabe, grandes migrações do campo à urbe (Felix, 2009). Não bastasse, a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, implementa uma política de ocupação da terra que envolve visões opostas até hoje sobre suas consequências. Alguns autores, como Linhares e Silva (2021), destacam ter sido um projeto político que buscou romper com o modelo oligárquico, coronelista, mas que não se realiza por completo, em função, entre outros

problemas, das resistências das elites locais, ainda poderosas. Outra faceta negativa que apontam é o incentivo à ocupação de terras da Amazônia e do Brasil Central, consideradas improdutivas por falta de ocupação, ignorando, integralmente, que havia habitantes nessas regiões, especialmente os povos indígenas. Já Delgado (1997), Bacha (2004) e Welch (2016) destacam o investimento em inovação tecnológica⁶ e os direitos dos trabalhadores rurais como medidas que devem ser reconhecidas como legados positivos do getulismo.

A despeito dessas avaliações, conforme Linhares e Silva (2021), é inegável que a proposta do governo Vargas iniciou uma nova percepção e atuação do papel do Estado na ocupação da terra, o que pautou, fortemente, a Ditadura Militar de 1964, a qual vai ampliar muito mais um processo intervencionista justificado pela ideia de modernizar a vida rural. Tal postura consolida posicionamento que o próprio golpe já antecipava, quando usou o Decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) – apresentado no comício do então presidente João Goulart, realizado na Central do Brasil (Rio de Janeiro) em 13 de março de 1964 – como um dos seus motes para legitimá-lo. Deve-se lembrar que o decreto determinava a desapropriação de terras à margem de ferrovias e de rodovias federais, retomando o tema da urgência da reforma agrária, que ganhara mais força na década de 1950, quando havia um intenso debate interno relacionado aos temas agrário e agrícola, tendo no horizonte qual deles seria capaz de provocar mudanças estruturais no Brasil. “Aqueles que advogavam pela precedência da primeira enxergavam as populações rurais subalternas como foco da ação; os que defendiam a segunda tomavam a posição dos grandes e médios empresários”, aponta Pompeia (2021, p. 90). Com a Ditadura Militar de 1964, prevaleceu a solução agrária e é nela que se assenta a luta de Manoel da Conceição, conforme o documentário de Arturo Saboia.

A trajetória de Manoel: *Minha perna, minha classe*

A primeira sequência do documentário *Minha perna, minha classe*, um prólogo que dura cerca de dois minutos, inicia com uma trilha sonora tensa que logo é sobreposta pela voz de

⁶ Além da criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e do Decreto-Lei nº 7.774, de julho de 1945, que instituiu a política de preços mínimos, foram criadas instituições como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); o Departamento Nacional do Café (DNC), com finalidade de regulamentar o preço do café, por meio da queima do produto (78,2 milhões de sacas foram queimadas entre 1931 e 1944); o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), entre outros, visando estimular a diversificação da produção agrícola brasileira, muito concentrada na produção de café (Delgado, 1997).

uma pessoa não identificada, enquadrada em plano médio mais aberto, sentada em uma cadeira, com uma blusa vermelha que se destaca das cores sóbrias de um ambiente fechado parecendo ser uma sala. A fala, bem coloquial, traduz intimidade com Manoel e lembra: “Eu estava hospedado na casa dele e eu o vi. Fiquei observando-o uns longos minutos, sentado sozinho no jardim” (Minha perna..., 2023, 0:24). Há, nesse momento, uma transição, e a tela é tomada por alguém enquadrado de costas, sentado em uma cadeira de balanço, olhando para um jardim com grandes árvores (sem flores), onde se destaca a cor verde (Figura 1). Trata-se de uma encenação, recurso que será utilizado em muitos momentos do filme dirigido por Arturo Saboia, quase todos envolvendo seu protagonista: Manoel da Conceição.

Figura 1 – Imagem encenada de Manoel da Conceição



Fonte: *print* do documentário.

Além das encenações, para narrar a vida de Manoel da Conceição, o diretor recorre a 22 entrevistados que têm tempos diferenciados de tela e relações distintas com o protagonista. Utiliza também fotos de arquivos, recortes de jornais que reforçam a ênfase da mídia quanto aos fatos e às situações abordados na obra e, ainda, material de arquivo audiovisual do protagonista e sequências de outros filmes. Também são recursos estéticos as inserções de planos de elementos naturais como chuva, visões noturnas de um céu muito estrelado e folhas de árvores enquadradas parcialmente, o que as aproximam de uma formação quase abstrata⁷. Quanto ao áudio, há uma predominância da retórica em função das entrevistas, com a trilha

⁷ A recorrência a essas imagens “não naturais”, ou seja, que não têm referência direta ao que está sendo narrado, ilustram, metaforicamente, alguns *offs* (texto falado sem a presença imagética de quem fala) ou servem como transições entre planos ou sequências, reforçando uma espécie de atmosfera poética do filme.

musical funcionando mais para acentuar determinados climas emocionais, quase todos ocorridos nas encenações. Esses recursos imagéticos e sonoros alinhavam a biografia do líder camponês em dois grandes eixos narrativos. Um deles é a própria vida do protagonista, apresentada de modo praticamente linear após a sequência inicial, isto é, criando um recorte temporal que vai da infância, atravessa suas lutas e chega ao momento da sua morte. O outro eixo é abastecido pelos diversos vínculos que essa trajetória permite introduzir: a luta pela terra de modo amplo, o papel da religião nesses embates e a política de grandes obras empreendida pela ditadura militar.

Em termos de construção do perfil do protagonista, é notório que, desde as primeiras falas, haja uma preocupação de entrelaçar o sujeito Manoel não só às lutas que empreendeu como liderança dos trabalhadores rurais, mas também ao modo como foi forjada essa disposição de lutar. Não à toa, nos depoimentos iniciais, é dito que ele tinha pouca leitura e escrita, porém era intelectualmente inquieto, buscando informações que iam além do seu universo cotidiano, como, por exemplo, querer saber os nomes científicos das plantas. Tal disposição reforça uma característica nata de apreço à ciência, combinada a um primor estético entrelaçado a uma faceta contemplativa, realçada pela encenação inicial já citada. Esse interesse, no momento em que o negacionismo científico apresenta-se como uma característica gritante da extrema direita, como ocorre atualmente, aciona, é claro, um posicionamento político atualizado, e, de certo modo, de vanguarda, envolvendo Manoel da Conceição em uma aura de capacidade muito acima da média, o que ajuda a quebrar prováveis preconceitos de classe. Afinal, não é difícil afirmar que boa parte do senso comum continua identificando inteligência com escolaridade, e o caso do atual presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-torneiro mecânico que nunca cursou universidade, é um exemplo bem atual⁸.

Cabe a Manoel Pinto Santos, filho do biografado, primeiro personagem identificado no documentário e que mais tarde revela uma convivência interrompida com o pai por conta da perseguição da ditadura militar, recuperar a infância de Manoel, em sequência novamente

⁸ Quem aciona os comentários de qualquer matéria jornalística que se refere ao atual presidente da República depara-se com manifestações brutalmente preconceituosas, tais como identificá-lo como “molusco”, ignorante, “quatro dedos”, entre outras expressões violentas. Mas, a bem da verdade, é preciso dizer que o ex-presidente Jair Bolsonaro também não ficou isento dessa lógica do achincalhe. No entanto, as referências costumam ser pautadas por sua atuação política ou por ações investigadas pela Polícia Federal e não exatamente por quaisquer características físicas, intelectuais ou de escolaridade.

encenada. Mais uma vez acentua-se uma característica subjetiva, isto é, a coragem com que ele soube enfrentar poderosos desde criança, ao reagir aos meninos maiores que o discriminavam se valendo de um instrumento que aprendeu a fazer com o pai, que, naquele momento, era ferreiro. Isso porque a família havia se mudado para Pindaré Mirim (MA) por ter sido expulsa da terra em que vivia, sendo essa a primeira experiência de Manoel com as desigualdades nas relações da propriedade rural do país. Após esse momento, o documentário mergulha nos vários episódios de violência que cercam a luta pela terra no local, em função da grilagem contínua. O tema abre espaço para a participação de Itaan Pastor, professor da Universidade Federal do Maranhão, que explica o que é grilagem e que tipo de propriedade dela resulta, no caso, o modelo senhorial, que apresentamos anteriormente. Trata-se de uma participação calcada na lógica do jornalismo, que insere especialistas justamente para garantir a veracidade científica das informações apresentadas. A diferença aqui é o professor ter conhecido Manoel da Conceição, apresentando-se como amigo também.

Essa proximidade é relevante porque permite detalhar a travessia do líder camponês, um membro assíduo da igreja neopentecostal Assembleia de Deus. Nela, ele reúne camponeses para enfrentar os grandes proprietários e, logo depois, funda o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Maranhão. Com a criação do sindicato, começa a fase do confronto mais sério, primeiro com os fazendeiros da região, depois com as autoridades do governo do estado. Como o gado invadia as roças, os camponeses atiravam e matavam os animais, provocando, conforme o relato de Mariana, filha de Manoel da Conceição, uma reação brutal, com sequestro dos lavradores, tortura, destruição das roças e, finalmente o Massacre de Copaíba, que envolveu jagunços e polícia local. Na tela, o massacre é encenado, e o fato mais violento do episódio, conforme o filme, foi um jagunço pegar uma criança (um bebê) pela perna e estourar a cabeça dela na parede, provocando a reação de uma senhora que, desesperada, pediu para que não matassem os seus filhos. Além de não atender ao pedido, um policial dá um tapa nela, que cai, e, em seguida, o mesmo policial crava um punhal nas costas da mulher. Após a encenação, pela primeira vez no documentário há um depoimento direto de Manoel da Conceição: sentado na cadeira de balanço, ele diz que ainda hoje chora por conta desse massacre (Figura 2). Sua entrada acontece aos 26 minutos do documentário, que tem, no total, uma hora e 26 minutos de

duração. O testemunho do protagonista é corroborado em outros depoimentos, que afirmam ser esse o início da sua revolta e da sua decisão de sempre lutar contra a opressão.

Figura 2 – Primeira imagem de Manoel, aos 26 minutos do filme



Fonte: *print* do documentário.

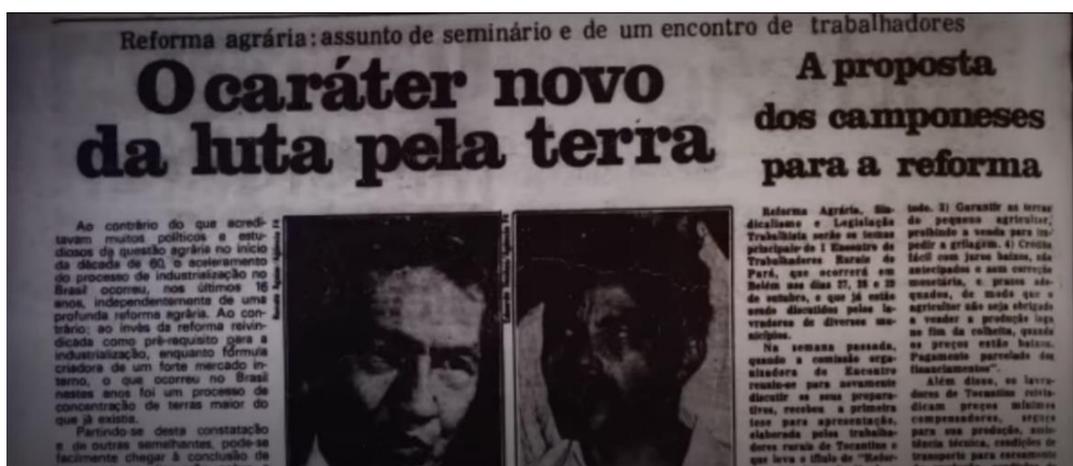
Essa disposição de Manoel, conforme o documentário ressalta, foi reforçada por sua participação no Movimento de Educação de Base (MEB), um programa de alfabetização criado pela Igreja Católica que também discutia a realidade concreta, cotidiana dos camponeses, contribuindo para a conscientização e politização dos trabalhadores. Esses logo foram vítimas da perseguição da ditadura militar, que reagiu violentamente às organizações camponesas, fechando sindicatos e perseguindo as lideranças. A situação acaba provocando o rompimento de Manoel da Conceição com a Assembleia de Deus em 1969, pois o pastor exigiu que ele deixasse a luta e a organização dos trabalhadores. Dois anos depois, ele se viu obrigado a se separar da família. No filme, essa última sequência ocorre em um clima de aceitação da esposa por esse destino, e assim ela segue, com os filhos, para o Piauí. O documentário omite o que aconteceu com ela em termos afetivos, após a separação do marido.

O documentário trata os acontecimentos que envolvem esse período da vida de Manoel mantendo o ritmo da narração e seguindo sua linha temporal. Apesar da pouca inovação formal, a estratégia permite detalhar situações que não estão sempre diretamente ligadas à vida do líder camponês, como já realçamos. Desdobra, assim, a possibilidade de inserir sequências como

imagens dos tanques nas ruas das cidades na época do golpe, recortes de jornais que confirmam a resistência camponesa de outros lugares (Figura 3) e uma sequência do curta de Glauber Rocha, *Maranhão 66*, realizado sob encomenda de José Sarney, eleito governador do Maranhão (1966-1970) com o apoio explícito de Manoel da Conceição, sob a promessa de que se engajaria na reforma agrária.

No entanto, conforme o filme, Sarney abandona rapidamente a promessa e se aproxima dos grupos rurais dentro e fora do estado. A mudança o alinha aos “empreendimentos agroindustriais, abrindo as fronteiras do estado do Maranhão a esses grandes capitais, o que vai desterritorializar diversos camponeses”, medida sustentada pela Lei de Terra, de 1969⁹ (Minha perna..., 2023, 22:53). Instaura-se, assim, conforme o filme (Minha perna..., 2023, 23:07), “a lógica do período chamado ‘Milagre Brasileiro’: abertura de grandes rodovias, todas cortando a Amazônia, caso da Transamazônica e da Perimetral Norte”. E quando o programa Grande Carajás acontece, já na fase final da ditadura, isto é, início da década de 1980, as estradas de ferro começam a passar por dentro do estado do Maranhão. Passa por terras quilombolas, por terras indígenas e “muitas comunidades rurais acabam sendo tiradas ou separadas, porque a estrada divide a comunidade no meio” (Minha perna..., 2023, 23:53).

Figura 3 – O documentário utiliza vários recortes de jornais como elementos discursivos



Fonte: *print* do documentário.

⁹ Decreto-Lei nº 582, de 15 de maio de 1969, disponível no Portal da Câmara dos Deputados.

Essa tragédia coletiva, social e política é pareada à dos sujeitos presos, torturados, exilados e/ou mortos. Manoel da Conceição faz parte desse grupo, sendo apontado como terrorista após ter ido à China em 1969 e ali se encontrado com Mao Tsé-Tung, o que acaba sendo motivo para sua prisão. O filme encena a ação policial desse acontecimento, com uma trilha sonora tensa e imagens muito escuras. Apesar da pouca nitidez das imagens é possível ver que ele, já imobilizado no chão, recebe, de um policial, cinco tiros no joelho esquerdo. Levado para uma cela imunda, ficou uma semana lá. Sem tratamento e em péssimas condições sanitárias, o ferimento piora e Manoel acaba tendo que amputar a perna. De acordo com o relato de sua filha Raquel Pinto Santos, o governador Sarney ofereceu uma perna mecânica ao líder camponês. Ela conta que a mãe e os filhos foram chamados ao Palácio do Governo e que lá o governador prometeu ajudar a família. A resposta de Manoel, segundo o filme, foi direta – “Minha perna é minha classe” – e não aceitou a oferta. Dizia que sua “perna era a terra dele”, e “que a terra era inegociável, era seu patrimônio de vida” (Minha perna..., 2023, 28:59).

Desse momento em diante os testemunhos vão contar situações marcantes sobre a vida do protagonista ou reforçar uma visão muito positiva dele, destacando seu perfil de ambientalista em diversas falas. Em termos narrativos, o filme amplia a inserção de fotos e de recortes de jornais entre os depoimentos, valorizando seu perfil documental. Com esses elementos, mostra que Manoel da Conceição foi novamente preso, só sendo solto em 1975, após um movimento internacional pela sua libertação, liderado pelo Conselho Mundial das Igrejas e que contou até com a participação do Papa Paulo VI. Mas, como muitos, foi obrigado a se exilar após sair da prisão. Escolheu viver em Genebra (Suíça) com uma nova esposa que, assistente social, o conheceu no período de sua segunda prisão. Com ela teve a filha Mariana, que conta como, no período em que viveu no exterior, Manoel fez muitas palestras em diversos países europeus, sempre a convite. O líder camponês só volta ao Brasil em 1979, quando a anistia é decretada. Torna-se um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Só retorna ao Maranhão em 1986, onde continuou vinculado à luta dos trabalhadores rurais, criando o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), um local de formação política que também ajudaria a formar cooperativas e que permanece ativo¹⁰, mesmo após a morte de Manoel, que faleceu em 19 de agosto de 2021, aos 86 anos de idade. Em seus últimos dois anos

¹⁰ Um dos entrevistados é Luiz Gonzaga Santos, atual coordenador do Centru.

de vida, já com princípios de demência ou de Alzheimer, ele perdeu toda a memória. A filha, Mariana, atribui à solidão causada pelo isolamento da Covid 19, o agravamento da doença.

Considerações finais

Ao construir uma narrativa que acompanha a vida de Manoel da Conceição, o documentário de Arturo Saboia elabora um percurso que apresenta momentos de inflexão que considera decisivos para a formação do caráter e disposição de luta do líder camponês. Essa opção implicou em encenações dramáticas alinhadas à leitura dos acontecimentos, conforme a interpretação dada pelo panteão de vozes presentes no filme: familiares, companheiros de luta e acadêmicos. Não há qualquer espaço para um contradiscurso. Por isso mesmo, é inegável que a escolha dos entrevistados articula uma versão positiva da liderança de Manoel da Conceição, desenhando um perfil com facilidade de trânsito entre a sabedoria popular e a educação formal. No entanto, não deve ser ignorada a ênfase na experiência concreta do líder camponês, aquela que permite vislumbrar um futuro a partir de um aprendizado que não renega os conhecimentos da classe trabalhadora rural. É esse ponto que permite, de fato, relacionar sua trajetória a um ambientalismo de agora, como reiterado, entre outros, por Krenak (2019), que reafirma a importância de se perceber a espécie humana integrada ao meio ambiente e não separada dele, ou reduzida ao papel de observadora.

Esse elo é possível porque o documentário acentua, pelo testemunho do seu protagonista ou sobre ele, a preocupação genuína de Manoel da Conceição com a devastação ambiental, o que alinha suas posições políticas às tensões mais recentes que envolvem a posse da terra no Maranhão. Essas são resultantes do movimento expansionista do agronegócio e da continuidade da grilagem que expulsa, cada vez mais, as comunidades camponesas e indígenas dos seus territórios. Afinal, como aponta Benatti (2009), os três modelos de propriedade rural no Brasil continuam coexistindo em muitas regiões do país, o que coloca, para o autor, a urgência de políticas públicas constituídas por outros instrumentos jurídicos que se pautem por novas concepções de relação entre o ser humano e o meio ambiente natural, com a integração de ambos em um projeto de proteção da natureza. No entanto, como a própria experiência do Golpe de 1964 não deixou dúvidas, enfrentar o poder das elites rurais no Brasil não é tarefa fácil. Manoel da Conceição vivenciou essa realidade no próprio corpo.



Reverberar, com muita intensidade, as lutas de Manoel, espelha a resistência daqueles que se opuseram e se opõem ao modelo prevalente da propriedade rural brasileira, que hoje se espalha e se cristaliza na força do agronegócio. Uma “tarefa” que, reiteramos, inclui rever o período da ditadura militar, sem excluir a crítica contundente ao investimento feito na manutenção da concentração fundiária e ao papel do Estado no estímulo a um modelo de desenvolvimento que massacrou a população camponesa e indígena para abrir espaço ao grande capital. Pois, mesmo que saibamos que essa política é histórica e deve muito ao processo colonial, coube ao período iniciado pelo Golpe de 1964 a consolidação de um discurso desenvolvimentista cujos tentáculos ainda seguem vivos no imaginário brasileiro.

Uma evidência recente foi a aprovação pelo Congresso Nacional da lei que estabelece 1988 como marco regulatório para as terras indígenas. A medida confirma a imposição da agenda do agronegócio, justamente quando é fundamental “que os pactos alicerçados em valores como sustentabilidade e direitos humanos atentem, com maior equilíbrio, ao conjunto dos fatores relacionados às questões socioambientais” (Pompeia, 2021, p. 339). Em especial, quando se constata que nem mesmo a evidência da crise climática e a convivência cada vez mais intensa com os chamados desastres naturais têm conseguido mobilizar a sociedade brasileira e a classe política, no sentido de atuar para reverter a destruição ambiental. Por isso mesmo, voltamos a dizer: focar a vida de Manoel da Conceição coloca no centro da luta pela terra e pelos direitos a ela a compreensão de que o campesinato é formado por sujeitos históricos e sociais, sendo capaz “de traduzir a tradição em modernidade – no caminho de elaborar projetos alternativos à ordem instituída, que não representa necessariamente a destruição dessa mesma ordem, mas o estabelecimento de limites à expansão avassaladora da sociedade capitalista” (Oliveira, 2009, p. 207).

Essa consciência, conforme o documentário, o líder camponês tinha, pois, para ele, os trabalhadores rurais não são desprovidos de conhecimento. Sua convicção, de acordo com o depoimento do professor da Universidade Federal do Maranhão, Istívan Vargas, a primeira pessoa que aparece no filme, deixou marcas, e toda a luta de quilombolas, de comunidades tradicionais e de povos originais que ocorre hoje deve muito aos enfrentamentos e às resistências de pessoas como ele. Enfim, para encerrar, é importante lembrar que Manoel da Conceição afirmava que ter paciência é a principal arma para construir um novo mundo.



Referências

ALVARENGA, Clarice Castro; LOMBARDI, Kátia Hallak. Mídia e mediação: seus limites e potencialidades na fotografia e no cinema. In: MATTOS, Maria Ângela; JUNIOR, Jeder Janotti; JACKS, Nilda (org.). **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 271-296.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. 2. ed. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2004.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BENATTI, José Heder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (Estudo da formação da propriedade privada). In: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. v. 2 - Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 211-238.

BRAGA, José Luiz. Circuitos *versus* campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JUNIOR, Jeder Janotti; JACKS, Nilda (org.). **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 31-52.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 582, de 15 de maio de 1969** – Publicação Original. Estabelece medidas para acelerar a Reforma Agrária, dispõe sobre a organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e dá outras providências. Brasília: Portal da Câmara dos Deputados, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-582-15-maio-1969-374564-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Estabelece%20medidas%20para%20acelerar%20a,Agr%C3%A1ria%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 26 de junho de 2024.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital e agricultura no Brasil: 1930-1990. In: SZMRECÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997. v. 1. p. 209-226.

FELIX, Gil Almeida. Os vira-mundos e a condição camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. v. 2 - Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 239-261.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 1999.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida** – uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MINHA perna, minha classe – a trajetória de Manoel da Conceição. Direção e roteiro: Arturo Saboia. Produção executiva: Cassia Melo. São Luís, Maranhão. Realização: Clímax Filmes e Oito Projetos Criativos, 2023. Documentário (86 min), color. Apoio: Lei de Incentivo à Cultura e Secretaria de Cultura do Maranhão. Patrocínio: Grupo Mateus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQV0hdX-83g&t=1307s>. Acesso em: 18 maio 2023.

OLIVEIRA, Bernardete Castro. Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha (org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. v. 2 - Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 193-208.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal...O que é mesmo documentário?** São Paulo: Senac, 2008.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

VALENTE, Rubens. 60 anos do golpe militar: Estudo aponta 1654 camponeses mortos e desaparecidos na ditadura – MST Notícias. 21 de março de 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/03/21/60-anos-do-golpe-militar-estudo-aponta-1654-camponeses-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 81-105, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Rq5WFdq66thgrvPMwvqvJd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2023.

Submetido em: 08.05.2024

Aprovado em: 26.06.2024